

PORTARIA No. 37 /2023, de 28 de março de 2023.

**Institui as Normas da Lei Geral de
Proteção de Dados – LGPD.**

O Presidente do COSEMS/MG - Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições estatutárias,

Institui:

NORMAS DA LEI DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD

1. APRESENTAÇÃO:

O COSEMS/MG, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, considerando:

I. Os fundamentos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), que dispõe sobre a proteção de dados pessoais:

- a) o respeito à privacidade;
- b) a autodeterminação informativa;
- c) a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião;
- d) a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem;
- e) o desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação;
- f) a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor, e
- g) os direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais;

II. O inteiro teor da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, denominada Lei de Acesso à Informação (LAI);

III. O inteiro teor da Lei nº 12.295, de 23 de abril de 2014, denominado Marco Civil da Internet e seu Decreto Regulamentador nº 8.771/2016; e

Compromete-se tornando pública e acessível a seus colaboradores, fornecedores, parceiros, usuários, demais partes interessadas e público em geral o presente documento, nos termos a seguir:

2. DEFINIÇÕES:

Para fins deste documento, entende-se por:

a) categorização da informação: a forma de organização do tratamento da informação dentro do COSEMS/MG de modo a garantir unidade e coerência no tratamento de dados da informação;

b) colaborador: Funcionários do COSEMS/MG;

- c) **confidencialidade:** garantia de que a informação é acessível somente por pessoas autorizadas;
- d) **continuidade nas atividades:** capacidade da organização de continuar a entrega de produtos ou serviços em um nível aceitável previamente definido após incidentes de interrupção;
- e) **dado pessoal:** informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável
- f) **integridade:** garantia da exatidão e completeza da informação e dos métodos de seu processamento;
- g) **fornecedor:** pessoa física ou jurídica que fornece bens de consumo e bens de capital para o COSEMS/MG, por meio de processos de compras para aquisições;
- h) **parceiro:** pessoa jurídica com a qual o COSEMS/MG mantenha relação de cooperação recíproca, por meio de contratos, convênios, termos de cooperação ou outros instrumentos similares;
- i) **segurança da informação:** conjunto de práticas e métodos voltados para a preservação da confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação tratada no âmbito da organização;
- j) **titular:** a pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objetos de tratamento;
- K) **tratamento:** toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, cruzamento, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração; e
- l) **usuário:** pessoa natural ou jurídica que acesse os serviços do COSEMS/MG, independentemente, de ser titular DCE dados cadastrados em seus sistemas e serviços, mas, que para esse acesso forneça dados pessoais de qualquer natureza, com consentimento de uso explícito.

3. PRIVACIDADE:

O COSEMS/MG atua em consonância com sua missão institucional, respeitando o direito à privacidade e visando o melhor uso da tecnologia da informação para a satisfação de seus colaboradores, fornecedores, parceiros, usuários e sociedade. Assim como, buscando a sustentabilidade e autonomia, garantindo a estabilidade e a continuidade de seus serviços.

Considera-se privacidade, para fins deste documento, o atributo de certeza por parte das partes interessadas em relação:

- a) à forma como os serviços, os sistemas, os processos e as pessoas do quadro funcional do COSEMS/MG atuam e se comportam em relação aos agentes com os quais interagem; e

b) à razoável expectativa de discrição e de preservação de seus interesses e informações de qualquer natureza.

3.1 – Tratamento de Dados Sensíveis.

O COSEMS/MG quando do tratamento de dados sensíveis, somente realizará operação sem prévia autorização ou consentimento do titular apenas nos seguintes casos:

- a) cumprimento de ação legal ou regulatória pelo controlador;
- b) tratamento compartilhado de dados necessários à execução, pela administração pública, de políticas previstas em lei ou regulamentos;
- c) objeto de decisão judicial transitada em julgado, pela divulgação ou exibição da mesma;
- d) ostensiva com dever de segurança ativa;
- e) ostensiva com dever de segurança passiva;
- f) já dada, por meios, ao conhecimento público;
- g) necessária à proteção da vida ou da incolumidade física de pessoas;
- h) necessária à tutela da saúde;
- i) havida e gerida no âmbito da relação de trabalho entre a instituição e seus colaboradores, fundamental ao exercício do poder diretivo; e
- j) dados cadastrais necessários à legítima atuação do COSEMS/MG em atendimento à sua missão institucional.

4. PRINCÍPIOS DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

A proteção de dados pessoais observa além da boa fé os princípios a seguir, no que fornece à sua aplicação, gerenciamento e forma de interpretação.

4.1 Finalidade:

Toda e qualquer prática de tratamento de dados pessoais no âmbito do COSEMS/MG condiz com a natureza, o escopo e sua missão institucional, com propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades.

4.2 Adequação:

O tratamento de dados pessoais no âmbito do COSEMS/MG é compatível com as finalidades informadas aos titulares e com acordo com o contexto do tratamento.

4.3 Necessidade:

No COSEMS/MG o tratamento dos dados limita-se ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados.

4.4 Livre acesso:

O COSEMS/MG proporcionará aos titulares consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integridade de seus dados pessoais.

4.5 Qualidade dos dados

O COSEMS/MG, garante aos titulares exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento.

4.6 Transparência:

O COSEMS/MG, garante aos titulares de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial.

4.7 Segurança:

O COSEMS/MG, se utiliza de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão.

4.8 Prevenção:

O COSEMS/MG, se compromete com adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais.

4.9 Não discriminação:

O COSEMS/MG, envidará esforços para que a realização do tratamento não se dê para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos.

4.10 Responsabilização e prestação de contas:

O COSEMS/MG, através dos meios disponíveis, busca a adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

5. CONFORMIDADE E GOVERNANÇA:

5.1 Conformidade legal:

O COSEMS/MG se declara:

I. Em conformidade com a lei vigente e comprometido em envidar esforços na conformidade com o teor da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018; e

II. Aderente aos princípios supracitados e estabelece como escopo prioritário atingir a referida conformidade o mais cedo possível em relação à lei.

5.2 Governança de riscos, conformidade e segurança da informação:

O COSEMS/MG, em conformidade com a Lei de Acesso à Informação (LAI), mantém adequada Política de Segurança da Informação (PSI), atuando em conformidade com os frameworks contemporâneos de melhores práticas, tais como os modelos ABNT NBR ISSO/IEC 27002:2005 e afins.

6. TERMO DE USO DOS SERVIÇOS:

O COSEMS/MG, poderá publicar regras específicas para seus serviços, subordinadas aos princípios gerais deste Termo, sem prejuízo das disposições constantes dos contratos celebrados.

Na ausência de regras específicas para um dado serviços ou em caso de conflito entre os contratos e o presente termo, prevalecerão o que consta desse documento.

6.1 Responsabilidade:

O COSEMS/MG, não se responsabiliza por práticas maliciosas ou pelo mau uso de conteúdo de outros sites, bem como por falhas na segurança de dados ou ilegalidades cometidas por terceiros, sejam estes parceiros comerciais ou não.

Assim, o COSEMS/MG se compromete a oferecer o melhor em termos de segurança aos serviços que cada usuário acessa, adquirindo ativos modernos e efetivos, aplicando metodologias como melhores práticas e adotando providências disponíveis em prol da segurança da informação.

6.2 Coleta de informações:

Para diversos serviços, o COSEMS/MG coleta dados indispensáveis ao funcionamento das aplicações, como nome e CPF ou razão social e CNPJ, endereço, email, telefone para contato, entre outros.

O titular pode optar por não conceder alguma dessas informações. Nessa situação, a aplicação avisará sobre as consequências da não-autorização tanto em termos das limitações de serviço como quanto à negação de acesso a aplicação, informando os motivos.

O COSEMS/MG pode, ainda, coletar e armazenar informações sobre a navegação do titular, como endereço de IP, páginas acessadas, tempo de permanência e características de dispositivos móveis. Informações de outras fontes, cadastros de parceiros ou de outros órgãos podem ser somados à base de dados do COSEMS/MG.

6.3 Cookies e tecnologias semelhantes:

O COSEMS/MG pode se utilizar de cookies e tecnologias semelhantes, que são pequenos pacotes de dados enviados para o navegador e que ficam armazenados no dispositivo. Estes permitem entender melhor o comportamento dos usuários, informando quais páginas e conteúdos de nossos sites foram visitados, além de contribuir para a eficácia na distribuição de conteúdo. A maior parte dos navegadores são predefinidos para aceitar cookies de forma automática. Nas configurações é possível alterar esta regra, porém, com cookies desativados algumas funcionalidades do site podem não funcionar da forma mais adequada.

6.4 Armazenamento:

Todos os dados pessoais dos usuários e de navegação são armazenados em bancos de dados próprios e reservados, proporcionando a segurança das informações coletadas.

6.5 Uso das informações:

Caso sejam coletadas informações durante a navegação no nosso site o intuito é de promover uma experiência de navegação mais próxima dos interesses de cada usuário. O COSEMS/MG pode, ainda, usar essas informações para fins de comunicação com os usuários e clientes (associados).

As informações também poderão ser auditorias, análises estatísticas, ciência de dados, desenvolvimento e melhoria de serviços prestados pelo COSEMS/MG.

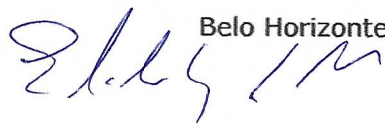
6.6 Compartilhamento:

O COSEMS/MG não repassará a terceiros, parceiros ou em qualquer negociação comercial, as informações coletadas.

Toda e qualquer informação a respeito dos clientes (associados) e usuários do COSEMS/MG, somente serão repassadas mediante aprovação expressa destes ou por ordem judicial, conforme determina a Lei.



Art. 2º - Esta portaria entra em vigor, revogadas as disposições em contrário, na data de sua assinatura e será publicada no site oficial do COSEMS/MG.



Belo Horizonte, 28 de março de 2023.
Eduardo Luiz da Silva
Presidente

COSEMS/MG
Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Estado de Minas Gerais



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

EU, _____,
portador(a) do RG nº _____ inscrito(a) no CPF sob o nº _____,
residente _____ nº _____,
na cidade de _____ no estado de _____,
_____, **AUTORIZO** o uso de minha
imagem e/ou voz, pelo COSEMS/MG sem qualquer ônus e em caráter definitivo.

A presente autorização abrangendo o uso de minha imagem e/ou voz em filmagem, registro fotográfico e gravação de áudio é concedida ao COSEMS/MG, a título gratuito, abrangendo inclusive a licença a terceiros, de forma direta ou indireta, e a inserção em matérias para toda e qualquer finalidade, seja para uso comercial, de publicidade, jornalístico, editorial, didático e outros que existam ou venham a existir no futuro, para veiculação/distribuição em território nacional e internacional, por prazo indeterminado.

Por esta ser a expressão de minha vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito, sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à imagem ora autorizada ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Local e data:

Nome: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Contato: Telefone: (____) _____ (____) _____

Email: _____



TERMO DE CONSENTIMENTO PARA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Este documento visa registrar a manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o Titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para os fins especificados no item 2 (dois) deste Termo, em conformidade com a Lei nº 13.709 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Ao declarar que concorda com o presente Termo, o Titular consente que o COSEMS/MG com sede na Av. Álvares Cabral, 344, 18º andar, no Bairro de Lourdes, Belo Horizonte, M.G., inscrito no CNPJ/MF sob o nº 42.766.519/0001-26, doravante denominado Controlador, tome decisões referentes ao tratamento de seus dados pessoais, bem como realize o tratamento de seus dados pessoais envolvendo operações como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

Em consonância com o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, considerar-se-á:

BANCO DE DADOS: Conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico;

TITULAR: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;

CONTROLADOR: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;

OPERADOR: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;

DADO PESSOAL: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;

DADO ANONIMIZADO: dado relativo ao titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento;

TRATAMENTO: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;

ANIMINIZAÇÃO: utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo;

CONSENTIMENTO: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada;

FINALIDADE: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;

BLOQUEIO: suspensão temporária de qualquer operação de tratamento, mediante guarda do dado pessoal ou do banco de dados;

ELIMINAÇÃO: exclusão de dado ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado;

AUTORIDADE NACIONAL: órgão da administração pública indireta responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, se houver.

1. DOS DADOS PESSOAIS

1.1 O Controlador fica autorizado a tomar decisões referentes ao tratamento dos seguintes dados pessoais do Titular:

- a) Nome completo;
- b) Data de nascimento;
- c) Número e imagem da Carteira de Identidade (RG);
- d) Número e imagem do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- e) Número e imagem da Carteira Nacional de Habilitação (CNH);
- f) Imagem (Fotografia 3 X 4);
- g) Estado civil e imagem da certidão de casamento;
- h) Nível de instrução ou escolaridade e imagem de diplomas;
- i) Endereço completo;
- j) Números de telefone, WhatsApp e endereços de email;
- k) Banco, agência e número de contas bancárias; e
- l) Biometria, limitada à impressão digital, para fins exclusivos de registro de ponto.

2. DAS FINALIDADES DO TRATAMENTO DE DADOS:

2.1 O tratamento dos dados pessoais listados nesse Termo tem as seguintes finalidades:

- a) Registro funcional, inclusive registro na Carteira de Trabalho – CTPS;
- b) Formalização de contrato de trabalho e/ou prestação de serviços;
- c) Formalização de termos aditivos;
- d) Realização de exames (admissionais, ocupacionais e demissionais);
- e) Recebimentos de atestados;
- f) Pagamento de Salário;
- g) Filiação sindical;
- h) Fiscalização de órgãos públicos;
- i) Compartilhamento com seguradoras, com fins de garantia de seguro de acidente de trabalho;
- j) compartilhamento com operadoras de planos de saúde, com fins de concessão de benefícios, conforme previsão em Acordos Coletivos de Trabalho;
- k) Garantir ao titular de dados o direito de usufruir de benefícios em decorrência de convênios firmados entre a o COSEMS/MG e empresas fornecedoras de produtos e/ou serviços.

3. COMPARTILHAMENTO DE DADOS:

3.1 O Controlador fica autorizado a compartilhar os dados pessoais do Titular com outros agentes de tratamento de dados para as finalidades listadas neste termo, observados os princípios e as garantias estabelecidas pela Lei nº 13.709.

3.2 No caso do item 2.1, alínea "c", o Titular autoriza que as empresas possam realizar, em nome do controlador, o tratamento dos seguintes dados pessoais: nome, data de nascimento, número e imagem do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

3.2.1 Para finalidade prevista no item 2.1, alínea "c" e as empresas só atuarão como operadores pelo prazo de vigência de contratos (ou convênios) firmados com o COSEMS/MG.

3.2.2 O fornecimento pelo Titular de qualquer dado pessoal diretamente às empresas contratadas (ou conveniadas) não estará abrangido por este Termo.

4. SEGURANÇA DOS DADOS:

4.1 o Controlador responsabiliza-se pela manutenção de medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

4.2 Em conformidade ao art. 48 da Lei nº 13.709, o Controlador comunicará ao Titular e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante ao Titular.

5. TÉRMINO DO TRATAMENTO DOS DADOS:

5.1 O Controlador poderá manter e tratar os dados pessoais do Titular durante o período em que os mesmos forem pertinentes ao alcance das finalidades listadas neste Termo. Após a finalidade ser atingida, os dados do titular permanecerão no banco de dados do Controlador para fins de atender imposições legais relacionadas a fins trabalhistas, previdenciários e para disponibilização aos órgãos públicos de fiscalização.

6. DIREITOS DO TITULAR:

6.1 O Titular tem direito a obter do Controlador, em relação aos dados por ele tratados, a qualquer momento e mediante requisição formal ao encarregado através do email lqpd@cosemsg.org.br:

- I - Confirmação da existência de tratamento;
- II - Acesso de dados;
- III - Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- IV - Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na Lei nº 13.709;
- V - Portabilidade dos dados a outros, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da Autoridade Nacional, observados os segredos comercial e industrial;
- VI - Eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do Titular, exceto nas hipóteses previstas no art. 16 da Lei nº 13.709;
- VII - Informação das entidades públicas e privadas com as quais o consentimento do titular realizou uso compartilhado de dados;
- VIII - Informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa;

IX - Revogação do consentimento, nos termos do § 5º do art. 8º da Lei nº 13.709.

7. DIREITO DE REVOGAÇÃO DO CONSENTIMENTO:

7.1 Este consentimento poderá ser revogado pelo Titular, a qualquer momento, mediante solicitação ao Controlador.

7.1.1 A revogação deste consentimento implicará no encerramento da relação contratual entre o Titular e a Controladora, ante a necessidade de tratamento dos dados pessoais do Titular para os fins de gestão da relação contratual firmada.

Local e data:

Nome: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Contato: Telefone: (____) _____ (____) _____

Email: _____

